

Coop. i. d'atrupos bus.

# O LOBO EM PELE DE OVELHA<sup>1</sup>: REQUALIFICAÇÃO URBANA COMO ESTRATÉGIA DE PODER

**Wilton Dias Cordovil**

Mestrando em Geografia - Universidade Federal de Juiz de Fora - MG (bolsista CAPES)

E-mail: geowilcoruffj@yahoo.com.br

## Resumo

O termo “requalificação urbana” vem sendo usado e propagandeado com frequência pela mídia e poder público para referendar e justificar interferências pontuais no solo urbano das grandes cidades brasileiras. Quando associado às formas estratégicas de apropriação dos espaços, o termo parece assumir um significado diferente ou escrupuloso frente às alterações e modificações desencadeadas no espaço urbano. Reforça-se a necessidade da busca pelo esclarecimento das relações de poder que se estabelecem no interior da cidade. Buscamos analisar os elementos motivadores escondidos sob o discurso das atuais apropriações da expressão frente ao crescimento e desenvolvimento das grandes cidades relacionando com os processos de gentrificação.

**Palavras-chave:** Requalificação urbana; cidade; poder.

## Abstract

The term “urban renewal” has been often used and touted by the media and government to endorse and justify interference in the urban point of large Brazilian cities. When associated with strategic ways of appropriation of spaces, the term seems to assume a different meaning or scrupulous forward to changes and modifications triggered in urban space. This reinforces the need to search for the clarification of the power relations that are established within the city. We seek to analyze the motivating factors hidden in the discourse of the current expression against the appropriations of the growth and development of major cities related to the processes of gentrification.

**Keywords:** Urban regeneration; city; power.

## Introdução

Entender os atuais processos de requalificação dos espaços urbanos subentende a análise das dinâmicas urbanas contemporâneas, principalmente se observarmos a intensidade e frequência em que vem ocorrendo. Sem dúvida, uma das grandes questões colocadas na pauta de discussões dos gestores, investidores e administradores, constituem-se na garantia da manutenção da produtividade e competitividade dos

espaços intra-urbanos. Assim, as atuais intervenções buscam transformar a cidade ampliando continuamente sua capacidade produtiva e competitiva.

Tais intervenções urbanas acabam recebendo diferentes denominações de acordo com a política de implantação dos projetos. Assim, a renovação, reestruturação, revitalização, requalificação, entre outras, buscam a reinserção econômica dos espaços. Essas ações, conduzidas quase na totalidade

<sup>1</sup> Metáfora utilizada a partir de ditado popular. Na fábula com fundo moral, o lobo se disfarça de ovelha, fazendo-se passar por uma delas, ingressa no grupo a fim de atingir seus objetivos, devorando suas vítimas. Cabe identificar quem são os lobos em nossa sociedade contemporânea que se escondem sob o discurso da requalificação urbana.

pelos interesses do capital privado associado ao poder público, constituem-se em estratégias orquestradas, calculadas a atender os interesses de diversos setores como agentes imobiliários, culturais, turísticos e comerciais.

Assim, a nova questão urbana engloba a competitividade e a produtividade como elementos primordiais a manutenção dos espaços produtivos e economicamente atrativos. Essa nova característica é apontada por VAINER, C. B. (In Arantes, O. ET.al. 2002:76) como sendo a “nova questão urbana” concentrada na preocupação da problemática da competitividade urbana. A cidade é então, vendida a fim de atender os interesses do capital que busca criar a todo tempo, infraestrutura que atenda a parcela potencialmente consumidora da sociedade. Nessa perspectiva, a parcela da população que não atende a essa premissa se constitui num entorno social indesejável e em problema paisagístico a ser superado. A cidade, vendida pelos atributos que possui, deve atender a um conjunto de pré-requisitos indispensáveis a produção e reprodução de capitais. Fica clara sua categorização como mercadoria, transformada em objeto comercializável, passível de apropriação por parte de uma elite de potenciais consumidores.

O fracionamento da cidade entre as diferentes classes sociais e a definição de espaços distintos existe de longa data. Não se constitui em algo definido pelo atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. BRAUDEL, F. (2005:441)<sup>1</sup>, lembra que não há cidade sem divisão do trabalho, e não há divisão do trabalho sem a intervenção da cidade. Assim, “não há cidade sem poder”, seja ele protetor ou coercitivo. Ao mesmo tempo, mais adiante, chama a atenção para a cidade como lócus do surgimento da indústria inaugurando a luta de classes e o campo de tensões. Dessa forma, a cidade materializa-se como a sede do poder da classe dominante burguesa, o campo de lutas e de conflitos.

<sup>1</sup> Em sua obra, Fernand BRAUDEL analisa o desenvolvimento da cidade do século XV ao XVIII resgatando as diversas formas de estruturação urbana. Descreve as diferentes estruturas presentes no embrião das cidades do ocidente, da Rússia e do oriente. Ao buscar estabelecer as relações entre as trocas comerciais e o surgimento das cidades, contribui para o entendimento de sua formação e desenvolvimento. Correlaciona o surgimento da indústria e o desenvolvimento da economia e do capitalismo, associando os reflexos à estrutura urbana das cidades. Assim, contribui não apenas para o entendimento dos vínculos da cidade com o capitalismo, mas para a compreensão das formas de desenvolvimento econômico e produtivo.

Segundo HARVEY (2009:10)<sup>2</sup>, “a política do capitalismo é dirigida pela necessidade de encontrar terrenos lucrativos para a absorção de capital excedente.” Afirma também que a urbanização proporciona um caminho a resolver os problemas do excedente de capital. Esse processo está diretamente ligado a práticas da requalificação urbana, onde observa o conflito de interesses entre o bem-estar da população e o retorno dos investimentos empregados pela iniciativa privada. Dessa forma, entende-se que a cidade neoliberal, reafirma a sua condição histórica de espaços desiguais, onde a máxima financeirização de tudo contribui para a fragmentação dos espaços e da sociedade. Essa cidade construída sob as normas neoliberais são fruto da busca pela absorção dos excedentes produzidos pelo próprio sistema. Os “fragmentos fortificados” a que David Harvey se refere, podem ser facilmente exemplificados na contemporaneidade das grandes cidades pelos antagonismos materializados no espaço urbano - a exemplo dos condomínios e favelas - construindo relações sociais e territoriais específicas.

Para SOJA (1993:192), o capital pode ser entendido como a força motriz que promove alterações na paisagem, construindo e desconstruindo espaços. Dessa maneira, organiza as formas materiais e as configurações da paisagem produzindo uma mudança contínua criativa, que ao mesmo tempo pode ser entendida como destrutiva, por superar padrões físicos e humanos anteriores. Esse processo é entendido sob a perspectiva da ação intencional do capital. Porém, lembramos que o capital não se apresenta como único elemento modelador da paisagem, sendo esse processo definido como movimento social e produtivo. SOJA (1993) então propõe que essa paisagem resultante, apesar de não estática no tempo, represente em um dado momento de observação, uma paisagem capitalista. Essa por sua vez, compreende a condição para o desenvolvimento e sobrevivência do capitalismo enquanto modo de produção. O estudo dessa paisagem consagra a formação das geografias pós-modernas, entendendo o processo como uma produção espacial, econômica, política, cultural e material da modernidade.

Ao evoluir na discussão, SOJA (1993:193-194), procura definir o conceito de reestruturação, entendendo o evento como um processo de rompimento com as tendências anteriores, ou seja, como uma mudança em direção a uma nova ordem produtiva. Para que esse

<sup>2</sup> Segundo David Harvey, a atual forma de acumulação de capital não deve continuar determinando o destino dos homens, valendo a pena lutar pelo direito à cidade. A desumanização da cidade se reflete na condição social contemporânea, na fragmentação não só dos espaços mais dos movimentos sociais.

evento se concretize, caberia primeiramente destruir estruturas anteriores para reconstruí-las. Isso se torna necessário ao sistema capitalista, tendo em vista que estruturas anteriores apresentam-se incapazes de garantir a consolidação da máquina produtiva. Esse processo de reestruturação inclui alterações de ordem temporal, espacial e das práticas sociais.

A reestruturação a que o autor se refere pode ser entendida sob a dinâmica da requalificação dos espaços urbanos. A busca pelo enobrecimento de áreas menos favorecidas da cidade constitui-se na estratégia de recuperação de seu valor econômico-espacial. Ao mesmo tempo, essa ação costuma vir acompanhada da exclusão da população que, econômica ou socialmente, não interessa a proposta do mercado. A gentrificação<sup>3</sup> então produz uma nova paisagem, a paisagem do poder, utópica e ufanista dos preceitos mercadológicos ditados pelo capital, chocando-se diretamente contra qualquer possível ação proletária.

Assim, o capitalismo constrói paisagens, e a arquitetura materializa seu simbolismo inquietante. Essa apropriação cenográfica da paisagem aponta para um novo tipo de consumo espacial, o consumo visual da paisagem que é ditado, normatizado e dirigido pela aristocracia dominante. Essa nova paisagem então, se constitui na versão seletiva da história espacial e social, definida pelos donos da cidade.

O processo social de construção de uma paisagem pós-moderna depende de uma fragmentação econômica das antigas solidariedades urbanas e de uma reintegração que está fortemente alterada pelos novos modos de apropriação cultural. A genialidade dos investidores imobiliários, nesse contexto, consiste em converter a narrativa da cidade moderna em um nexó fictício, uma imagem que é um grande embrulho daquilo que a população pode comprar, um sonho de consumo visual. ZUKIN, Sharon (1996:205)

Dessa forma, a requalificação é vista como proposta a refuncionalização dos espaços, adaptando-os ao contexto contemporâneo da atividade produtiva. Lembro agora que essa definição atende aos interesses do capital especulativo e ao planejamento estratégico

<sup>3</sup> O processo de gentrificação pode também ser entendido como enobrecimento urbano, realizado a partir de estratégias como revitalização, restauração ou requalificação do espaço urbano depreciado economicamente. Tais intervenções buscam a melhoria e valorização do espaço urbano, geralmente acompanhada de valorização imobiliária e retirada da população tradicional, apresentando assim, elevado caráter político, excludente e segregatório.

incorporado pelos gestores. Tais propostas de requalificação dos espaços suscitam a análise de questões que reforçam a teoria da cidade como campo de lutas e poder.

Ao analisar como a cidade se comporta frente às intervenções realizadas em seu interior, destacamos as relações de poder e os atores envolvidos nessa produção do espaço urbano. Procuraremos a seguir, oferecer apontamentos que contribuam com as discussões relacionadas ao entendimento dessas relações, forjadas no discurso da reestruturação e requalificação dos espaços.

Cabe destacar algumas questões que nortearão nossa abordagem, dentre elas: Requalificar pra quem e que tipo de espaço se pretende produzir? Quem são os “lobos” inseridos na política estratégica de apropriação dos espaços, e quem são as “ovelhas” da cidade?

## A Cidade do Lobo

Para Antônio Carlos Robert de Moraes (1991:15), as formas espaciais constituem-se em produtos históricos.

O espaço produzido é o resultado da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa, a cada momento, as relações sociais que lhe deram origem. Nesse sentido, a paisagem manifesta a historicidade do desenvolvimento humano, associado a objetivos fixados no solo e geneticamente datados. Tais objetos exprimem a espacialidade de organizações sócio-políticas que articulam sempre numa funcionalidade do presente. MORAES (1991:15)

Assim, por traz das relações espaciais e das formas materializadas no espaço urbano, estão concepções de valores, interesses, mentalidades e ideologias que norteiam o andar da história. Esse movimento de apropriação ideológica apresenta-se conduzido pelos interesses do capital, dessa forma, a ideologia de produção do espaço urbano deixa de ser social para ser também econômica, tendo em vista a relação de poder exercida pelas classes dominantes.

LEFEBVRE (2008:162) procura definir o novo estágio da sociedade - a do consumo - lembra que este processo é relativo à prosperidade capitalista e ao crescimento da produção, sendo entendido pela classe dominante como “qualidade de vida”. Porém, cabe ressaltar a quem essa referência interessa, tendo em vista a existência de parcela significativa de grupos sociais que permanecem à margem de quaisquer melhorias. A imagem produzida acerca da qualidade

de vida liga-se diretamente a condição de consumo que promove a concentração de riqueza nas mãos da elite. A pressão ideológica que o capitalismo exerce na produção do espaço condiciona, de forma verticalizada, a definição e ordenamento dos espaços e a supressão dos lugares.

Segundo ARANTES (2002:26), “as cidades modernas sempre estiveram associadas à divisão social do trabalho e à acumulação capitalista”, porém, “há algo de novo a registrar nessa fase do capitalismo em que as cidades passaram, elas mesmas, a ser geridas e consumidas como mercadorias”. Dessa forma, o entendimento do espaço urbano passa pela identificação e reconhecimento das relações de força estabelecidas em seu interior.

O capitalismo produz culturas locais, molda significados estéticos e, desse modo, domina iniciativas locais, para impedir o desenvolvimento de qualquer tipo de diferença que não esteja diretamente incluída dentro da circulação do capital. HARVEY (2005:237).

Todas as colocações acima buscam identificar as atuais formas de incorporação e apropriação do espaço urbano das cidades. A requalificação dos espaços é então compreendida dentro de uma perspectiva superior que incita desvelar as relações de poder que conduzem as intervenções.

Essa ação estratégica assume uma nova significância, divergente do modelo proposto e propagandeado pelo sistema dominante. Convém talvez compreender o processo com o sentido de invasão e reconquista de espaços e territórios ora abandonados.

Mas então, por que entender o processo como reconquista?

Esses espaços, identificados como indispensáveis ao desenvolvimento do capital no interior das cidades constituem-se em sua maioria, em espaços abandonados no passado pela própria elite econômica. A ausência de áreas disponíveis para o crescimento das atividades urbanas, além do alto valor do solo urbano, conduz a reestruturação de áreas depreciadas econômico e socialmente. Essa ação representa o retorno da classe dominante burguesa ao coração da cidade.

Esses espaços, anteriormente ocupados pelo poder burguês, constituem-se na atualidade, em materializações de paisagens pretéritas, verdadeiras rugosidades produtivas espaciais que em determinado momento da história, foram interessantes ao capital, porém tendo sido abandonadas, perderam sua importância econômica. Seu abandono proporcionou a

ocupação dos espaços pelas camadas menos favorecidas, que se aproveitando da redução dos preços dos imóveis e valendo-se da relativa proximidade desses espaços com as centralidades municipais, construíram relações que consagram novas territorialidades urbanas. A prática e o discurso acerca do melhoramento urbano esconde a perversidade das ações autoritárias e verticalizadas do capital em associação com o poder Estatal, suprimindo o lugar de vivência pelo lugar de compra, funcional e hierarquizado economicamente.

Esse processo de requalificação dos espaços agora começa a ganhar força e significado, dentro de estratégias escondidas no sentido escrupuloso da renovação urbana. Dessa forma, o capital busca reconquistar as paisagens pretéritas, por ele produzidas e abandonadas, atribuindo-lhes nova vestimenta, recobrando seu domínio, retomando seu território, produzindo a sua paisagem.

Acredito agora ser mais fácil responder a questão: Quem são os “lobos” inseridos na política estratégica de apropriação dos espaços?

Procuramos desde o início contextualizar as relações de poder, de produção e apropriação do espaço urbano. As parcerias entre as esferas públicas e privadas asseguram os interesses do mercado, onde o capital é representado dentro dos processos de planejamento e decisão, assumindo abertamente a função de regulador das taxas de acumulação. O planejamento estratégico é seguramente a formalização mais acabada dessa cooperação entre o interesse público e o privado.

Para VAINER, C.B. (In Arantes, O. ET.al. 2002:87) as parcerias público-privadas representam a apropriação dos instrumentos do poder público pelo capital privado. Sendo assim, entendemos que o capital transforma as estruturas produzindo a valorização dos espaços estratégicos além de definir as novas áreas de interesse a expansão do capital.

Requalificação dos espaços? Que espaços?

A resposta a essa questão pode ser dada a partir do entendimento do jogo de forças existente no interior do ordenamento das decisões. Quem mais a não ser o capital privado para qualificar e definir quais espaços devem ser reapropriados. Dessa forma, torna-se importante compreender que o processo de requalificação dos espaços urbanos é sempre dotado de intencionalidade. A sociedade então é bombardeada por notícias e mensagens que promulgam o conjunto de melhorias urbanas como solução para os problemas produzidos por sua própria forma desigual de crescimento. Na verdade, mascaram os verdadeiros interesses das classes

dominantes e do capital privado, os verdadeiros “lobos em pele de Cordeiro”.

Ao mesmo tempo, reconhecemos as “ovelhas”, engolidas pela força e pelo poder das ações orquestradas pelo capital em associação com o Estado. São representadas sem dúvida pelas classes menos favorecidas que excluídas dos processos de consumo, são forçadas a deslocar-se de seus lugares, observando o espaço de vivência ser substituído pelo espaço do consumo e do capital.

Ao falar da mídia, não podemos nos esquecer do grande auxílio por ela prestado a manutenção do *status quo* social, político e econômico, além da garantia de manutenção do *modus operandi* estratégico do capital. Assim, associada ao capital, legitima a ação do Estado produzindo a imagem de tranquilidade e bem estar social, atendendo a fins políticos ideológicos que propaga a falsa imagem de melhoria das condições de vida dos cidadãos. Enfim, legitima as ações de intervenção nos espaços, transparecendo a falsa ideia da melhoria urbana como algo democrático e universal, atendendo por fim a interesses eleitoreiros que garantam à manutenção das políticas que se alinham aos interesses da iniciativa privada.

Acredito agora, ser possível responder a questão: Requalificar pra quem? A quais grupos interessa o processo de gentrificação?

Além de atender aos interesses do Estado em normatizar e minimizar os conflitos, garantindo a existência de uma cidade capaz de concorrer com outras na atração de investimentos, consagra os interesses da elite na manutenção de seu poder político. Além disso, não nos esqueçamos dos interesses já expostos do capital privado no condicionamento dos espaços garantido a produção e reprodução dos excedentes, a apropriação ideológica e a consolidação da paisagem do consumo.

Dessa forma, observamos a subtração da categoria democrática dos espaços urbanos. Assim, não só o espaço, mas também os homens são condicionados pelas relações de poder que se materializam na interior da cidade. Essa democracia urbana, segundo LEFEBVRE (2002:117), implicaria na igualdade dos lugares, o que na verdade não ocorre tendo em vista a constante produção de um espaço diferencial<sup>4</sup>.

As contradições se consagram então, no interior da cidade, entre a consolidação das centralidades de poder que emanam as decisões e normas relativas à

<sup>4</sup> Espaço diferencial – “As diferenças que emergem e se instauram no espaço não provém do espaço enquanto tal, mas do que nele se instala reunido, confrontado pela/na realidade urbana.” LEFEBVRE (2002:117).

gerência e organização do espaço urbano, e as periferias que segregadas, buscam constantemente sua integração.

Uma das grandes ferramentas utilizadas nesse processo de organização e produção do espaço urbano é desempenhada pelo urbanismo que, segundo LEFEBVRE (2002:150), possui a função de “organização de um setor que parece livre e disponível, aberto a ação racional: o espaço habitado. Ele dirige o consumo do espaço e do Habitat,” garantindo assim a manutenção da sociedade burocrática de consumo dirigido.

Conclui Lefebvre:

Foi preciso denunciar o urbanismo ao mesmo tempo como máscara e como instrumento: máscara do Estado e da ação política, instrumento dos interesses dissimulados numa estratégia e numa sócio-lógica. O urbanismo não procura modelar o espaço como uma obra de arte. Nem segundo razões técnicas, como pretende. O que o urbanismo elabora é um espaço político. LEFEBVRE (2002:164).

Assim, a produção do espaço<sup>5</sup>, aponta ao mesmo tempo para a produção de relações sociais. SMITH (1988:140) afirma baseado em Lefebvre que as “necessidades sociais são atualmente, sobretudo necessidades urbanas” reafirmando o caráter dialético da construção.

O processo de requalificação dos espaços urbanos pode ser exemplificado em diversos momentos de nossa história contemporânea. Claro que esses processos escondem a real preocupação das cidades em promover sua “limpeza urbana”, preparando-se para vender uma nova imagem frente a proximidades dos grandes eventos – Copa do mundo e Olimpíadas - que se aproximam.

Parece que continuamos repetindo os erros perversos produzidos pelas reformas urbanas do final do século XIX e início do século XX, não conseguindo equacionar as questões relativas à elitização dos espaços ou exclusão dos grupos menos favorecidos.

<sup>5</sup> Neil Smith (1988:139), atribui a criação do termo a Henry Lefebvre, apesar das concepções sobre a produção dos espaços terem sido abordadas por outros geógrafos, como David Harvey (precursor na análise do espaço criado). Para Smith, em sua abordagem, Lefebvre afirma que a produção das relações sociais de produção não se restringe ambiente industrial, nem tão pouco ao ambiente social. O espaço como um todo se constitui no locus da reprodução das relações de produção. Assim, o espaço é o centro dialético e de conflito, dotado de inúmeras contradições, fragmentado, reflexo de interesses e relações de poder.

## **O Caso de São Paulo: Ocupação da Cracolândia. - Operação Integrada Centro Legal. (Janeiro - 2012).**

São Paulo também reafirma a política hegemônica de reconquista de territórios. A ocupação da cracolândia<sup>6</sup> em operação denominada Centro Legal foi bastante defendida e enaltecida pela mídia impressa e televisiva. A todo o momento assistimos a declarações de representantes do poder público, exaltando o sucesso da ação, qualificando-a como uma vitória na conquista de um território.

Ao analisar os fatos noticiados pela mídia, observamos a preocupação desta em definir o espaço como uma área altamente depreciada, que necessita de investimentos, onde seus moradores e comerciantes sofrem profundamente com as condições atuais do espaço. O argumento utilizado fundamenta-se no comprometimento físico e social da área, escondendo as reais motivações do desencadeamento da requalificação urbana.

Observamos então, que os argumentos apresentados apoiam-se em estratégias de sensibilização social, desprezando a análise dos parâmetros técnicos reais. Escondidos por trás de argumentos como segurança social e saúde pública, obscurecem aos olhos mais críticos suas reais motivações.

Podemos citar alguns elementos que não são noticiados pela mídia, dentre eles, o alto preço do solo urbano da área central e a ausência de espaços disponíveis a expansão comercial e financeira. Somente estes, para o capital, já poderiam fazer da cracolândia um vetor interessante à requalificação.

Outro fator importante é a proximidade da região a importantes equipamentos urbanos como a Estação da Luz, por onde circulam milhares de pessoas/dia, e a região comercial da Rua 25 de março, importante centro de comércio popular de São Paulo. Ainda nas proximidades, encontram-se a Pinacoteca Paulista, o Museu de Arte Sacra e o Museu da Língua Portuguesa, importantes centros de visita turística. Além disso, a cidade também se prepara para receber em 2014, jogos da copa do mundo de futebol.

Essa área constitui-se então, em interessante vetor de expansão aos grandes prédios empresariais

<sup>6</sup> Denominação popular para região do bairro da Luz, localizada na área central da cidade de São Paulo, marcada pela presença de grande número de usuários de entorpecentes.

e shopping centers. Nesse processo, o pequeno comerciante é atingido pela crescente valorização do espaço urbano e da especulação imobiliária, fato que vem ocorrendo aos pequenos lojistas na região do Brás e 25 de Março. O processo de valorização imobiliária tende a ser propagado como forma de progresso econômico e desenvolvimento, omitindo e escondendo em seu interior aspectos conflitantes e excludentes.

Historicamente, a região da Cracolândia em São Paulo é composta por grande número de edificações que foram abandonadas por falta de investimentos. Esses edifícios representam a materialização de dinâmicas econômicas pretéritas que deixaram marcas na paisagem. Esse espaço, testemunho da imponência e da centralidade econômica produzida pelo Estado e pelo capital desde a atividade exportadora cafeeira do século XIX, foi abandonado pela elite e consequentemente, ocupado por parcelas menos favorecidas da sociedade.

A própria mudança da economia industrial do século XX, da concentração na metrópole a desconcentração rumo ao interior, interferiu diretamente na ocupação da região. O espaço urbano, testemunho da riqueza e desenvolvimento do setor agrário-exportador e posteriormente da indústria nacional, foi abandonado, não atendendo as necessidades e interesses de acumulação do capital por parte da burguesia paulista. Dessa forma, a requalificação esconde o interesse na reconquista, na volta da elite ao centro, ao domínio do espaço pela intervenção direta da relação de poder dentro da cidade.

Assim, várias forças se fazem presentes na disputa pelo espaço. Áreas que anteriormente representavam o lócus da elite foram abandonadas, e atualmente a classe burguesa luta pela reconquista desses espaços. A gentrificação se define no processo obscuro, manipulado pela elite e pelo capital, apoiada pelo poder estatal.

Dessa forma, parece definir-se uma regra geral a produção dos espaços urbanos. Estes, uma hora abandonados pelo capital, podem ser reapropriados a qualquer momento, atendendo a necessidade intrínseca de produção da mais-valia e aplicação e reprodução de capitais excedentes.

Esta apropriação, não necessariamente se faz pelas vias pacíficas. A ocupação da região da cracolândia paulista é um exemplo da aplicação do poder coercitivo e disciplinador do Estado a fim de garantir os interesses

econômicos sobre o espaço. Parece estarmos vivendo uma nova versão da revolta da vacina<sup>7</sup>, moderna, capitalista e neo-liberal.

Os grupos de usuários que residiam nas ruas da região passaram a ser abordados com frequência, sendo forçados a sair da área por eles ocupada. É claro que o problema relacionado ao uso de entorpecentes deve ser tratado como questão de saúde pública. Porém, o que se observa é a busca pelo domínio de um território sem oferecer uma condição real de reinserção e recuperação médica, social e econômica a esses grupos.

Confesso declinar-me a entender a territorialidade produzida pelos dependentes químicos da Cracolândia como um processo móvel ou itinerante, tendo em vista a forma de condicionamento forçado dos deslocamentos dos grupos. Em vez de tratamento aos usuários de droga, promove-se a demolição e limpeza das ruas. Inclusive, reconhecendo essas pessoas como algo que deve ser extirpado da paisagem.

Segundo Hermínia Maricato:

O modelo é contra os pobres que estão longe de constituírem minoria em nossa sociedade. O modelo quer os pobres fora do centro de São Paulo. Isso é óbvio. O que não parece ser óbvio é que, em última instância, a determinação disso tudo é econômica. A centralidade é a produção do espaço urbano e a mola propulsora, a renda imobiliária. E depois dizem que Marx está morto. MARICATO (2012)

Cabe ressaltar que, as cracolândias, como evento espacial, não são privilégios dos grandes centros, cidades de médio porte também possuem áreas ocupadas. A requalificação constitui-se não apenas na retomada do território, mas também na reapropriação dos espaços.

Dessa forma, a sociedade do espetáculo está pronta, preparada para a construção de uma nova paisagem, a paisagem do consumo.

<sup>7</sup> Ocorrida em novembro de 1904 no Rio de Janeiro. Com intuito de sanear a cidade, o Prefeito Pereira Passos e o médico Oswaldo Cruz iniciam projeto sanitário. Além da demolição de prédios e cortiços, promoveram a vacinação obrigatória da população contra a varíola. Insatisfação social desencadeou a revolta popular.

## Considerações Finais

Fica claro atualmente a baixa participação do cidadão da polis na tomada de decisões e gestão do espaço urbano. As vontades e as decisões do capital e do Estado permanecem praticamente intocáveis, verticalizadas e impostas a classes menos favorecidas e desprovidas de quaisquer meios possíveis para frear as investidas do capital privado. As instituições políticas muitas vezes não representam os interesses dos cidadãos da polis, e sim reproduzem os anseios do capital privado.

A única revolução que se apresenta é a dos interesses burgueses sobre o espaço urbano. Esta ação favorece a desordem urbanística a partir do desdobramento das atividades de requalificação urbana, além de promover a miséria social das classes trabalhadoras, bem como a criação de proletários desenraizados e explorados. Vivemos assim, a supressão dos lugares de vivência pelos lugares da troca, além da construção de uma paisagem do consumo.

O atual momento político, econômico e social reforça a necessidade de aprofundarmos os conhecimentos em nossa história, principalmente na história de nossas cidades, a fim de entender as reais relações e estratégias políticas que se estabelecem. O lobo, capitalista, parece ter encontrado o verdadeiro disfarce para dominar e condicionar as ovelhas proletárias.

## Referências Bibliográficas

- BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e capitalismo: século XV-XVIII**, Martins Fontes, SP, 2009.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- \_\_\_\_\_. **A Liberdade da Cidade**. GEOUSP – Espaço e Tempo, N.26, p.09-17, 2009.
- LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Espaço e Política**. Belo horizonte, Editora UFMG: 2008.
- MARICATO, Hermínia. **Terror imobiliário ou a expulsão dos pobres do centro de São Paulo**. Revista digital Carta Maior; Jan/2012. Disponível em: [http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=5427](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5427)
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- OTÍLIA, Beatriz Fiori Arantes. **Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões Urbanas**. IN: A Cidade do pensamento Único. Vozes, 3 ed., Petrópolis, 2002

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

VAINER, C.B. **Pátria, empresa e mercadoria**. In: Arantes, O. et.al. *A Cidade do Pensamento Único*. Vozes, 3 ed., Petrópolis, 2002.

ZUKIN, Sharon. **Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder**. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, N. 24, 1996. p.205-219.